

Comissão quer vereadores e Ministério Público no Comam

Assunto:

MEIO AMBIENTE



Comissão quer vereadores e Ministério Público no Comam

Projeto de Lei 1392/10,

apresentado pela Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, determina uma nova composição do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comam), de forma a garantir a representação de instituições que compartilham interesses comuns na defesa do desenvolvimento sustentável da cidade. Pela proposta, que tramita em 1º turno, será obrigatória a participação da Câmara Municipal e do Ministério Público Estadual no órgão.

A nova composição ampliaria a participação da sociedade civil organizada e dos representantes do Poder Público, redefinindo a estrutura atual. De acordo com o vereador Leonardo Mattos (PV), membro da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, o Comam é um órgão "defasado" do ponto de vista de participação. "Hoje quem escolhe os conselheiros é o prefeito, o que leva a certa parcialidade?", explicou. A expectativa do vereador é elevar a qualidade das discussões e decisões do órgão que têm grande impacto sobre a capital.

Pelo projeto o Conselho será formado por:

- ? Quatro representantes do Executivo;
- ? Dois representantes do Legislativo;
- ? Um representante do Ministério Público do Estado de Minas Gerais;
- ? Um representante de entidade empresarial patronal da indústria, comércio e serviços;
- ? Um representante de entidade sindical de trabalhadores;
- ? Um representante de entidade civil criada com finalidade específica de defesa da qualidade do meio ambiente;
- ? Um representante de entidade de movimento reivindicativo setorial vinculado direta e indiretamente a questão ambiental;
- ? Um representante de associação de bairro ou organização de moradores;
- ? Um representante de entidade de classe;

? Um representante de universidade;

? Um cientista tecnólogo, pesquisador ou pessoa de notório saber dedicado à atividade de preservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida.

Órgão de caráter consultivo, normativo e deliberativo, cabe ao Comam, entre outras atribuições, manifestar-se sobre as políticas definidas pelo Poder Público Municipal para a preservação e o uso racional do meio ambiente e dos recursos naturais; e licenciar atividades de construção, instalação e funcionamento de empreendimentos industriais, comerciais ou de serviços potencialmente poluidores, consumidores de recursos naturais ou depredadores ambientais.

Segundo Mattos, o Comam acaba sendo um espaço de legitimação de licenciamentos que prejudicam o meio ambiente.

?Precisamos de um Conselho que defenda realmente o meio ambiente, que forme opinião, que nos leve a uma cultura de preservação ambiental?.

Mata do Planalto

A iniciativa de propor a alteração da composição do Comam surgiu a partir de uma audiência pública, realizada na Câmara em setembro do ano passado, sobre o empreendimento imobiliário a ser construído na área da Mata do Planalto, considerada a última área verde da Região Norte de Belo Horizonte. Na época, o Ministério Público Estadual questionou a legitimidade na condução do processo que autorizava a construção de prédios de 115 mil metros quadrados.

O promotor de Justiça do Ministério Público Estadual de Meio Ambiente, Luciano Badine, chegou a afirmar que as discussões em torno da construção dos prédios deveriam ser ampliadas, com maior participação da comunidade e até de universidades. ?Temos que garantir total transparência e isenção na análise da licença prévia que trará os impactos ambientais causados com o empreendimento na Mata do Planalto?, declarou.

Assista a reportagem da TV Câmara

Diante da polêmica em relação ao empreendimento, a decisão sobre a licença prévia para a construção dos prédios foi retirada da pauta do Comam em setembro, a pedido do prefeito Marcio Lacerda, que solicitou uma análise mais aprofundada antes de se proceder à apreciação. Na ocasião, a notícia foi comemorada por moradores, ambientalistas e vereadores. Ainda não há prazo definido para a nova inclusão do assunto na pauta de votação do órgão.

Notícias relacionadas:

Visita técnica avalia área alvo de empreendimento imobiliário

Moradores pedem que Prefeitura impeça construção

Empreendimento imobiliário será acompanhado pelo Ministério Público

Audiência pública retoma polêmica sobre Mata do Planalto

Superintendência de Comunicação Institucional
